

O CONTURBADO INÍCIO DA REPÚBLICA

O golpe militar que derrubou a monarquia no Brasil em 15 de novembro de 1889 foi pacífico e comemorado em muitas cidades. Instalada a República, os grupos que a apoiaram dividiram-se, por terem idéias e interesses diferentes em relação ao novo regime. O marechal Deodoro da Fonseca (chefe do governo provisório de 1889 a 1891 e depois presidente da República) mostrou-se autoritário e logo se desentendeu com seus ministros e com o Congresso.

Para piorar a situação, uma crise econômica e financeira gerada pelo programa de Rui Barbosa, ministro da Fazenda, começava a se agravar: disposto a industrializar rapidamente o país, ele autorizara a emissão de papel-moeda e o em-préstimo aos interessados em abrir empresas em diferentes ramos. Mas a facilidade na obtenção de dinheiro fez surgir empresas fantasmas, que só existiam no papel e nada produziam. Em meados de 1890, o descontrole financeiro era total, provocando alta do custo de vida, inflação e falências. A crise, conhecida como Encilhamento, aumentou o descontentamento contra o governo.

Em janeiro de 1891, o ministério pediu demissão. Em fevereiro, Deodoro foi formalmente eleito presidente. Criticado por setores militares e civis e buscando retomar o controle do poder, ordenou o fechamento do Congresso e decretou Estado de Sítio na capital e em Niterói. A medida provocou a reação de oficiais da Marinha e do Exército, que se levantaram contra o governo. Diante da possibilidade de uma guerra civil, Deodoro renunciou (novembro de 1891).

O vice-presidente, Marechal Floriano Peixoto, assumiu a presidência e agiu com severidade para controlar a situação: prendeu e deportou militares rebeldes, destituiu governadores, tabelou os preços etc. Apesar de as medidas agradarem a parte das elites e das classes médias urbanas, não evitaram a eclosão da Revolta da Armada (RJ, 1893-1894) e da Revolução Federalista do Sul (RS, 1893-1895). A violência dessas rebeliões, que pretendiam depor Floriano Peixoto, deixou cerca de 10.000 mortos.

Em 1894, ao assumir o novo presidente, Prudente de Moraes, a Revolta da Armada estava sufocada no Rio de Janeiro e a Revolução Federalista terminava no Rio Grande do Sul. Mas havia outros problemas: no interior da Bahia, milhares de camponeses pobres se reuniam para ouvir as pregações de Antônio Conselheiro, que criticava os poderosos e anunciava novos tempos de justiça e abundância. Era preciso encontrar uma fórmula política para restabelecer a “ordem” no país.

A REPÚBLICA DAS OLIGARQUIAS

Depois de pouco mais de três meses de trabalho, a Assembleia Constituinte apresentou a nova Constituição. Promulgada em 1891, ela estabelecia, entre outros artigos:

- O nome de Estados Unidos do Brasil para o país;
- A república presidencialista e federativa, formada por vinte estados autônomos.
- O mandato de quatro anos, sem direito a reeleição, para o presidente da República.
- O voto universal masculino, aberto, para maiores de 21 anos alfabetizados.
- O direito de cada estado eleger seu governante e sua assembleia legislativa e também de contrair empréstimos no exterior e decretar impostos sobre exportações e bens imóveis etc.

O federalismo atendia ao desejo dos cafeicultores paulistas, que apoiaram a queda da monarquia. Permitia administrar o estado e dispor dos recursos públicos livremente, sem a intervenção do governo federal. Beneficiava também os grandes fazendeiros

dos outros estados. Assim, o controle da vida econômica e política de cada estado ficou nas mãos de um punhado de latifundiários. Portanto, quem mandava na República eram as oligarquias estaduais.

As oligarquias mais fortes do país eram as de São Paulo (por sua riqueza econômica) e Minas Gerais (o estado mais populoso e por isso com o maior número de deputados federais, além de possuir a segunda economia do país). O poder dessas oligarquias ultrapassava a esfera estadual: elas controlavam também a política federal. A supremacia de São Paulo e de Minas Gerais na vida nacional ficou conhecida como “Política do Café-com-Leite”.

Até 1930, coube às oligarquias paulistas e mineiras decidir quem venceria as eleições para presidente da República. Nesse tempo, a política do café-com-leite poucas vezes foi contrariada. Sua força estava no compromisso de não interferir na política interna dos demais estados e de dar pleno apoio às suas oligarquias. Além disso, o poder federal premiava as elites “leais” com cargos públicos, pastas ministeriais e ajuda econômica em obras federais (construção de pontes, por exemplo). O pacto entre governo federal e governos estaduais foi chamado de “Política dos Governadores”.

O PODER LOCAL DOS CORONÉIS

Durante toda a República Velha – de 1889 a 1930 – as mesmas oligarquias mantiveram o domínio político no país. Isso só foi possível porque a oposição foi mantida longe do poder. Para tanto, o governo contava com a ajuda dos coronéis, os grandes proprietários de terra que controlavam a vida dos municípios.

Figura respeitada e temida no interior do país, o coronel tinha à sua volta numerosos dependentes: empregados, trabalhadores da vizinhança, moradores da cidade (pequenos comerciantes, delegado, padre, juiz etc.). Era ele quem conseguia emprego, nomeações, proteção contra a ação da justiça e contra inimigos. Em troca, o coronel exigia da “sua gente” fidelidade total, especialmente nas eleições, quando todos deveriam votar nos candidatos indicados por ele.

O eleitor era pressionado de diversas formas, desde o suborno com favores e presentes até a ameaça física. Como o voto era aberto, sabia-se no ato da votação qual era a escolha do eleitor. Tornava-se quase impossível contrariar a vontade do coronel. O chamado voto de cabresto (voto forçado) e o clientelismo (as relações de dependência e troca de favores entre o coronel e os eleitores) garantiam a vitória eleitoral das oligarquias e a sua manutenção no poder.

Quanto maior o número de votos obtidos pela oligarquia, maior era o prestígio do coronel junto ao governo estadual, que em troca concedia-lhe favores e liberava verbas para o município. O controle de um grande “curral eleitoral” era a base do poder político dos coronéis e, para muitos, a única força que possuíam, já que nem todo coronel era rico. Se o eleitorado fosse pequeno, usavam-se artifícios para aumentá-lo: obrigavam-se os eleitores a votar em duas ou mais seções, contavam-se os votos de pessoas falecidas, davam-se títulos a menores de 21 anos e a analfabetos.

No caso de um candidato “indesejável” ser eleito, havia ainda outro recurso para eliminá-lo: a Comissão de Verificação dos Poderes. Ela tinha a função de apurar a veracidade do resultado das eleições e podia impedir a posse de um candidato eleito, em caso de fraude ou irregularidade comprovada. Durante a República Velha, a Comissão foi usada para a “degola” (impedimento) dos candidatos eleitos da oposição. Só eram reconhecidos e empossados os candidatos oficiais.